



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 9 de abril de 2019

Horário: 18h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades presentes e ressaltou a relevância do acordo que trata do aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, fruto do trabalho árduo de todos os setores envolvidos, que resultou em uma solução equilibrada para ambas as partes e será objeto de deliberação do Conselho.

Finalizando, destacou que os termos do aditivo ao contrato da Cessão Onerosa atende as expectativas de redução das incertezas do leilão, dando transparência ao processo e ampliando a competitividade do Brasil na atração de investimentos no setor de óleo e gás.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra, que apresentou proposta de resolução que institui o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil.

Iniciou a apresentação informando que o “Novo Mercado de Gás”, Programa coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, foi desenvolvido em conjunto com o Ministério da Economia; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE para a formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo.

Em seguida, apresentou os resultados esperados com a implantação do Programa e fez um breve relato sobre o panorama do setor de gás natural, salientando que o “Novo Mercado de Gás” possui quatro pilares de sustentação: a promoção da concorrência, através do acesso a infraestruturas essenciais; a integração, com o setor elétrico e industrial; os Estados, na busca da harmonização e do aperfeiçoamento da regulação da distribuição; e a tributação, com a eliminação de barreiras tributárias (ICMS do transporte por entradas/saídas).

Finalizando, o Secretário informou que o Comitê terá o prazo de até sessenta dias para concluir suas atividades e terá competências para: propor medidas de estímulo à concorrência no mercado de gás natural; encaminhar ao CNPE recomendações de diretrizes e aperfeiçoamento de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural; e de propor ações a entes federativos para a promoção de boas práticas regulatórias.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições, passando, em seguida, à leitura da proposta de resolução.

O Secretário Especial do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, representando o Ministro Paulo Guedes, ressaltou a importância do tema para a sociedade brasileira pelo seu impacto econômico, discutido em vários fóruns, em particular no Confaz, onde é considerado de primeiríssima grandeza pelo ponto de vista fiscal.

Parabenizou o MME e toda sua Equipe pela condução dos trabalhos e destacou que o País precisa de soluções com urgência, como a que se apresenta, e acredita que pelo zelo dos envolvidos e pelo potencial que o tema representa, os trabalhos serão concluídos antes dos sessenta dias estabelecidos pela resolução.

O Presidente do CNPE, Ministro Bento Albuquerque, destacou que embora o prazo possa parecer exíguo, a equipe vem trabalhando a bastante tempo e há uma boa base de informações e estudos que agora será consolidada com a participação e contribuição de novos agentes. Informou ainda que está otimista e motivado, e que em conversas com governadores tem percebido que há um enorme anseio, por parte de todos, para que o gás entre na matriz energética do País.

Ato contínuo, os membros do Conselho manifestaram aprovação da resolução proposta, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento aos assuntos da pauta, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, que apresentou proposta de resolução que aprova os termos da minuta do aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e recomenda à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP que analise o processo administrativo referente ao ressarcimento dos gastos efetivamente incorridos pela Petrobras com a perfuração do Poço 2-ANP-1-RJS.

Iniciou a apresentação informando que o processo negocial foi iniciado no ano de 2013 e somente agora, com o envolvimento de mais de trinta servidores e a realização de mais de cento e cinquenta reuniões, foi concluído com o empenho dos Ministérios de Minas e Energia, da Economia, com a parceria da ANP, da Pré-Sal S.A - PPSA, da Petrobras e do acompanhamento do Tribunal de Contas da União - TCU.

Segundo o Secretário-Executivo Adjunto, o leilão da Cessão Onerosa será o maior do mundo, com investimentos e arrecadação de R\$ 1,0 trilhão cada, envolvendo diretamente a credibilidade do Brasil e a estabilidade jurídica regulatória do setor de petróleo e gás. Ressaltou ainda que o leilão coloca, com o somatório dos demais leilões, o País em quinto lugar em produção mundial nos próximos trinta e cinco anos.

Em seguida fez um relato sobre as diretrizes que foram traçadas no processo negocial, onde foi dada a palavra ao Secretário Especial do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, que destacou a complexidade da renegociação do contrato de 2010, enfatizando que este é um dos mais intrincados problemas de política energética e fiscal do País e ressaltou o esforço de todos os envolvidos para a concretização da negociação.

Continuando, o Secretário-Executivo Adjunto destacou que a União deverá ressarcir a Petrobras em US\$ 9,058 bilhões, após a assinatura do contrato e vencimento da obrigação. Informou ainda que esse valor será precedido do cumprimento dos requisitos orçamentários e financeiros e da devida aprovação pelos órgãos de governança da empresa.

Por fim, ressaltou que as contribuições do TCU têm sido de fundamental importância e que o processo de negociação tem sido resguardado de embasamento técnico e jurídico dando maior transparência para a realização do leilão, que está previsto para o dia 28 de outubro de 2019.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições, passando, em seguida, à leitura da proposta de resolução.

Ato contínuo, os membros do Conselho manifestaram aprovação da resolução proposta, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

3 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, solicitou aos Conselheiros a leitura da Memória da 1ª Reunião Extraordinária do CNPE, realizada em 28 de fevereiro de 2019, objetivando a sua aprovação. Ato contínuo, a Memória foi aprovada por unanimidade.

Finalizando, informou aos Conselheiros o agendamento da 3ª Reunião Extraordinária do CNPE marcada para o próximo dia 17 de abril de 2019, às 18 horas, para tratar dos parâmetros técnicos e econômicos do leilão dos volumes excedentes ao contrato da Cessão Onerosa.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE agradeceu a presença de todos os membros do Conselho e demais participantes e fez um agradecimento especial àqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos na concretização da renegociação do processo comercial da Cessão Onerosa. Destacou ainda, o momento promissor do mercado do gás e solicitou aos órgãos e entidades que compõem o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, urgência na indicação dos seus representantes.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.